



Governo brasileiro prepara ofensiva contra importados

O governo brasileiro fará uma verdadeira ofensiva para frear a entrada de produtos importados no mercado nacional que estejam prejudicando as empresas brasileiras.

A iniciativa prevê fortalecer o controle sobre a fraude nos portos e aeroportos, contratação de novos investigadores para fiscalizar dumping e a adoção de novas leis exigindo testes a produtos estrangeiros. Governos estrangeiros têm alertado para a "tentação protecionista" do Brasil. Mas o governo garante que está fazendo tudo "dentro da lei".

Em 2010, o Brasil liderou a expansão de importações no mundo. Com uma economia em crescimento, e diante de uma ameaça de recessão nos países ricos, o mercado brasileiro e de outros emergentes se tornou prioridade para a ação de empresas de todo o mundo. O real valorizado vem ajudando a incrementar a competitividade dos produtos estrangeiros no Brasil.

A presidente Dilma Rousseff deixou claro que o governo não aturaria a concorrência desleal.

Uma das medidas é a contratação de 120 novos investigadores no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para permitir um maior trabalho sobre casos de dumping. Na prática, a medida vai ajudar o setor nacional que esteja sendo alvo da prática ilegal de estrangeiros. Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), porém, indicam que o Brasil é o país que lidera na aplicação de medidas de dumping desde o final de 2010.

Siderúrgicas preocupadas com a importação de "aço indireto"

São chamados "aço indireto" os produtos com elevado conteúdo de aço. A crescente importação de produtos assim reduz a compra dos nacionais e conseqüentemente rouba o mercado das siderúrgicas.

Estima-se que a entrada de aço indireto no país já tome cerca de 15% a 20% de um mercado que potencialmente seria das usinas locais. O Brasil importa indiretamente cerca de 5 milhões de toneladas de aço bruto ao ano, ou seja, o equivalente ao tamanho da Usiminas ou da CSN.

Devido a essa situação, que vem se agravando desde 2005 e acelerada a partir de 2009, as siderúrgicas brasileiras decidiram rever sua meta de produção para este ano. O volume foi cortado em mais de 3 milhões de

toneladas. A nova meta de produção é de 36,3 milhões de toneladas.

Conforme dados do IABr (Instituto Aço Brasil), o Brasil vai fechar com déficit de quase 2 milhões de toneladas na balança comercial de aço indireto prevista para o ano. O Instituto representa as fabricantes locais, como a Usiminas, Gerdau, ArcelorMittal, CSN e Votorantim, que são responsáveis por mais de 95% do volume de aço bruto produzido no país.

A valorização do Real é o principal motivo do favorecimento de entrada para produtos finais em aço, bem como para aço direto dos tipos planos, longos, especiais, inox e na forma de tubos. A entrada de aço direto foi reduzida pela metade este ano, mas ainda assim com prejuízo para as empresas.

Inflação x Salário

Com a recente aceleração da inflação, voltou à tona o antigo discurso desaforado de analistas econômicos e empresários, segundo os quais os preços sobem por culpa dos aumentos reais de salário exigidos pelos trabalhadores. Para movimento sindical, o repique inflacionário registrado nos últimos meses não está ligado à evolução dos ganhos salariais.

Os três principais componentes da demanda agregada – consumo das famílias, taxa de investimentos e gastos do governo –, que poderiam pressionar os preços, têm apresentado comportamento praticamente estável, o que não justificaria a alta da inflação. Os reajustes salariais estão mais

relacionados à dinâmica da economia que obriga as empresas, na disputa por mão de obra, a valorizar os ganhos dos trabalhadores.

A valorização do salário tem várias causas, entre elas o crescimento econômico, a escassez de mão de obra e a luta sindical. Porém, os reajustes se dão com base em indicadores passados e em valores abaixo destes índices.

As variáveis, como taxa de juros, câmbio, logística, preço das commodities, indexação das tarifas públicas de energia elétrica e telecomunicações, entre outras, podem ser consideradas responsáveis pela elevação dos preços. Um dado é certo: o salário não é a causa da inflação.

Justiça pune assédio moral

O crime de assédio moral praticado entre funcionários de mesmo nível hierárquico rendeu a uma empresa de Betim-MG a pagar indenização de R\$ 10 mil a um funcionário que estava sendo chamado de "chifrudo" pelos colegas.

A 5ª Vara do trabalho da cidade julgou que a empresa não agiu para evitar o constrangimento e

humilhação sofridos pelo empregado. Casos como esse – de assédio moral horizontal – crescem no Judiciário, assim como as penalidades para empresas que não evitam o problema. A Justiça tem reconhecido que colegas que perseguem o outro podem ser demitidos por justa causa.

Práticas tidas como assédio moral no ambiente de trabalho:

- Marcar tarefas com prazos impossíveis;
- Mudar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais;
- Apropriar-se de ideia alheia;
- Ignorar ou excluir um funcionário, só se dirigindo a ele por meio de terceiros;
- Sonegar informações de forma reiterada;
- Espalhar rumores maliciosos;
- Criticar com persistência;
- Subestimar esforços;
- Determinar o cumprimento de atribuições incompatíveis com o cargo;
- Sonegar trabalho ao funcionário.

30 anos da Conclat

Durante a ditadura militar, o movimento sindical foi alvo preferencial da repressão. A política de austeridade, que acirrava a desigualdade social, arrojando os salários e diminuindo os serviços públicos, se agravou quando o país atrelou-se ao FMI para financiar o "milagre econômico" do final dos anos 60 e início dos anos 70.

Movimentos como as greves de Osasco, Contagem e do ABC, que ousaram se opor ao regime, ficaram marcados pela coragem e capacidade de organização dos trabalhadores, mas também pela violência com que foram reprimidos. Na virada de 1979 para 1980, a mobilização contra a crise econômica intensificava-se em todo o país, e os movimentos sociais começavam a erguer-se contra a ditadura militar. Neste ano, foram programados a

realização de um 1º de maio nacional e a realização do 1º Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat), em Praia Grande-SP.

No evento, foi aprovada a data de 1º de outubro como o Dia Nacional de Protesto, no qual as reivindicações levantadas na Conclat seriam entregues ao governo. Ali, os sindicalistas decidiram constituir uma central sindical, uma organização única que congregasse todas as entidades sindicais. Dessa forma, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada, em 1983, por uma parte dos sindicalistas brasileiros que realizaram a Conclat. Como não houve consenso entre todos, parte do movimento veio a contruir a CGT, em 1986, a Força Sindical, em 1991, e outras centrais sindicais que surgiram ao longo desses 30 anos.

E as promessas feitas pelo RH da CSN?

O Sindicato esteve reunido, na última quinta-feira, dia 08 de setembro, com o setor de Recursos Humanos da CSN para cobrar, novamente, o estudo que o ex-diretor de RH da empresa, João Carlos, havia prometido. O estudo abrangeria a GIL e o pessoal que trabalha na aciaria, que são operadores de ponte e manuseiam aços líquidos.

Esperamos que isso não vire uma novela interminável. E também esperamos que a empresa resolva o problema do adicional da Galvasud, pois dois anos passam depressa! Quem avisa amigo é!

Central quer aviso prévio proporcional

Para o movimento sindical brasileiro, é oportuna a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço do trabalhador. A decisão teve origem em uma ação de quatro ex-empregados da mineradora Vale, que tinham entre sete e 30 anos de empresa e pediram aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, como determina o inciso 21 do artigo 7º da Constituição Federal. A tendência é que as demissões diminuam, pois passarão a ficar mais caras.

Os patrões, com o apoio de parte da mídia, já se opuseram ao direito constitucional porque, na visão deles, prejudicaria o emprego. No entanto, é preciso aguardar a decisão final do STF para saber qual é a regra que será estipulada para o pagamento do direito, antes de entrar com os processos.



Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Sul Fluminense

Volta redonda: Rua Gustavo Lira, 9 - Centro - Telefax: (24) 2102-2800

Subsede: Avenida Antônio de Almeida, 603 - Retiro - Tel: (24) 3346-6179

Barra Mansa: Rua Ary Fontenelle, 362 - Estamparia - Tel: (24) 3323-1584

Resende: Rua Dr. Tavares, 130, Centro - Telefax: (24) 3360-9895

www.sindmetalsf.org.br

Diretor da Comunicação:

Bartolomeu Citeli

Texto e diagramação:

Assessoria de Comunicação

Fale conosco:

comunicacao.smsf@terra.com.br